

Encontros e desencontros no processo de constituição do ensino superior no Paraná:

1912-1922

Névio de Campos*

Resumo:

Este artigo visa discutir o processo de criação da Universidade do Paraná, em 1912, de seu desmembramento em Faculdades de Engenharia, de Medicina e de Direito, em 1915, bem como de suas equiparações às congêneres oficiais nos anos de 1920 e 1922, enfatizando a concepção de ensino superior, as ações dos grupos envolvidos com o projeto universitário e as suas relações com o estado do Paraná e com os órgãos do Estado federal. Ao privilegiar os contextos de produção das ideias e as ações dos agentes (intelectuais) no processo de organização do ensino superior no Paraná esta pesquisa insere-se na história intelectual da educação. Apoiar-se nos documentos *Estatuto da Universidade do Paraná* (1914), *Relatório Geral da Universidade do Paraná* (1913-1922), *Revista Acadêmica* e no conceito de intelectual como organizador da cultura sistematizado por Antonio Gramsci.

Palavras-chave:

história; intelectuais; universidade; cultura; formação humana.

* Doutor em história da educação. Professor no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, Paraná).

Agreements and disagreements during the process of creation of higher education in Paraná:

1912-1922

Névio de Campos

Abstract:

This article aims at debating the process involved in the creation of the University of Parana in 1912, its division into the Faculties of Engineering, Medicine and Law in 1915, as well as comparing it to other state universities in 1920 and 1922, emphasizing the concept of higher education, the acts of groups involved with the university project and its connections with the State of Parana and with the organs of the Federal State. Giving emphasis to the context in which ideas were produced and the actions taken by the (intellectual) agents in the process of organizing higher education in the State of Parana, this research inserts itself in the intellectual history of education. It is based on the documents Statute of the University of Parana (1914), General Report of the University of Parana (1913-1922), Academic Magazine and on the intellectual concept as the means of organizing culture, as sistematized by Antonio Gramsci.

Keywords:

history; intellectuals; university; culture; human formation.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar o processo de criação da Universidade do Paraná (UP), o seu desmembramento em Faculdades de Engenharia, de Medicina e de Direito e as ações que visavam suas equiparações às congêneres brasileiras. Nesses termos, as questões referentes à concepção de ensino superior e ao papel dos intelectuais são centrais neste texto, pois pensamos que a inteligência paranaense postulava ser portadora da missão de conduzir o seu Estado em direção à modernização e à renovação cultural, ao eleger a universidade como lócus por excelência desta tarefa. A rigor, a tendência moderna é de que o intelectual se institucionalize na universidade. Nesse sentido, concordamos com Eduardo Prado Coelho (2004, p. 14), ao afirmar que “[...] é fundamentalmente como universitários que eles se definem profissionalmente. [...] eles não são intelectuais da Igreja, mas intelectuais da Universidade: é a Universidade que lhes dá aquela plataforma de autoridade na qual um intelectual se apóia”.

Não obstante, se a universidade define a intelectualidade moderna, a divergência transparece ao serem elaboradas as diferentes concepções de ensino superior. Os modelos clássicos de ensino superior da era moderna são o humboldtiano e o napoleônico. Entre os paranaenses, o segundo modelo mostrou-se predominante, pois o grupo privilegiou a criação das faculdades de formação profissional embora, na sua origem, tenha recebido o nome de Universidade do Paraná. A rigor, de acordo com os fundadores da universidade paranaense, a pretensão seria criar a Escola de Odontologia e Comércio, posteriormente Escola de Agrimensura, Odontologia e Comércio. Mais tarde, sugeriram a inclusão dos cursos de medicina e de obstetrícia. Pelo número de escolas o grupo perguntava-se: “como introduzir esse curso na projetada escola, se o nome dela já estava tão comprido? Um de nós levantou então a idéia de darmos, nesse caso, ao nosso futuro instituto o nome de ‘Universidade do Paraná’” (Relatório..., 1913, p. 15). Salientamos que a determinação fundamental à denominação universidade foi de ordem prática e não de ordem con-

ceitual, o que evidencia a aproximação entre o projeto paranaense e o modelo napoleônico.

Guardadas as diferenças de concepções de ensino superior, a discussão a respeito da missão da universidade e do papel do intelectual ganhou relevância entre os grupos universitários. Desse modo, este artigo enfatiza os aspectos de organização do ensino superior ao discutir o processo de criação da Universidade do Paraná e ao dialogar com o conceito de intelectual como organizador da cultura, sistematizado por Antonio Gramsci, privilegiando mais as funções dos intelectuais, suas iniciativas no campo político e na direção de projetos educacionais do que a sua formação e a sua obra literária, filosófica ou científica.

Universidade do Paraná: encontros e desencontros de sua invenção

Em 1912, nasceu a Universidade do Paraná. Os fundadores criaram a ideia de universidade-monumento para estabelecer em seu favor a representação de grupo esclarecido, atento às necessidades de sua época. Para Vitor do Amaral e Nilo Cairo, no decorrer da última década do século XIX e na primeira década do XX, a capital paranaense construiu as bases necessárias para a criação da universidade, o que justificaria a proposição de criação da universidade nessa cidade.

Segundo Vitor do Amaral, “a Universidade do Paraná surgiu, como sabeis, quase *ex-abrupto*, sem grande período de incubação: – foi o produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia – *audentes fortuna juvat*”¹ (Relatório..., 1913, p. 3). A UP constituiu o espaço que institucionalizou a visão de mundo dos especialistas, pois os discursos do médico e do engenheiro ganharam força de verdade entre a elite curitibana a partir do início do século XX. A afirmação de Vitor do Amaral visava consolidar a ideia de que o cenário cultural curitibano reconhecia a missão civilizatória do engenheiro e do médico, ou melhor, os “homens

1. A fortuna ajuda os audazes. O bom êxito depende de deliberações arriscadas.

da ciência” vinham, desde o último quartel do século XIX, agindo no sentido de tornar legítimo o seu discurso entre os paranaenses.

No movimento pela criação da universidade existiram duas iniciativas: uma da qual fazia parte Vitor do Amaral e outra que foi coordenada por Nilo Cairo. A primeira foi iniciada pelo professor Fernando Moreira, proprietário da Escola Republicana, em Curitiba, quando em um encontro com o ministro da Instrução Pública, Rivadávia Corrêa, aventou para a possibilidade de criação de uma universidade no Paraná. A razão imediata daquele encontro visava viabilizar a equiparação da referida escola ao Ginásio Paranaense. No entanto, a discussão central referia-se ao problema da liberdade de ensino. Sobre esse aspecto o ministro entendia que deveria existir liberdade para a iniciativa particular criar instituições educativas nos diferentes graus de ensino. Segundo David Carneiro (1963, p. 534), o ministro teria dito: “o ensino deve ser livre e se o Senhor quiser fundar uma Universidade, tem desde já a minha licença, porque não haverá lei capaz de impedi-lo”. Carneiro afirmou que Moreira, ao chegar a Curitiba, conversou com Josino Tito da Costa Lobo a fim de angariar recursos materiais para implantar o projeto universitário. Apesar de não receber financiamento, não abandonou a sua ideia e convidou diversas pessoas para uma reunião que aconteceu no dia 11 de junho de 1912, evento que o jornal *Correio do sul* noticiou, citando que participaram do referido encontro Panfilo de Assunção, Vitor do Amaral, Chichorro Junior, Fernando Moreira e os banqueiros Ernesto Canac e Manoel de Miranda Rosa.

Vitor do Amaral informou que em conjunto com Panfilo de Assunção trataram de organizar as bases do projeto universitário que seria, posteriormente, submetido à assembleia dos professores. Nesse ínterim, Vitor do Amaral foi ao Rio de Janeiro e a São Paulo observar os programas das Faculdades de Direito e de Medicina e das Escolas Politécnicas com o fim de trazer subsídios para organizar os programas dos primeiros cursos de ensino superior.

A segunda iniciativa que visava estabelecer uma universidade no Paraná foi organizada por Nilo Cairo e Flávio Luz. A esse grupo foram incluídos Vitor do Amaral e Panfilo de Assunção. Amaral afirmava que teve

[...] a fortuna de ser procurado pelo Sr. Dr. Nilo Cairo da Silva, cuja enorme capacidade de trabalho era então por mim desconhecida, o qual, julgando fracassada a minha tentativa de organização, vinha me convidar para lente da cadeira de Obstetrícia de uma Universidade, cujo plano ele estava elaborando [Relatório..., 1913, p. 4].

Em 1912, o grupo responsável pela criação da UP contou com a coordenação de Nilo Cairo e de Vitor Ferreira do Amaral. Segundo Macedo Filho, professor da Faculdade de Direito,

Nilo Cairo, Vitor do Amaral, Daltro Filho e Flávio Luz foram os paladinos intemeratos da idéia agigantada que se deveria concretizar no empreendimento que apesar dos anos decorridos não encontrou parselhas no Paraná e mesmo em outros Estados de maior riqueza e população [Revista Acadêmica, 13 jun. 1934, pp. 4-5].

Além de Nilo Cairo e Vitor do Amaral, o grupo que se reuniu para estabelecer a Universidade do Paraná ficou assim composto: Panfilo de Assunção, presidente da Associação Comercial (assumiu a cadeira Parte Geral do Direito Civil, Direito Civil das obrigações); Manoel de Cerqueira Daltro Filho, engenheiro militar (ficou responsável pela cadeira de Mecânica Racional e interinamente com Álgebra); Flávio Luz, diretor do Ginásio Curitibano (ficou responsável pela cadeira Parte Geral do Direito Criminal, Sociologia Criminal, Criminologia); professor Julio Teodorico Guimarães (responsável pela cadeira de Caligrafia e Datilografia no curso de Comércio); Reinaldo Machado (assumiu a cadeira de Clínica Ginecológica e Ginecologia; e outra de Obstetrícia); Hugo Simas (responsável pela cadeira de Economia Política e Finanças, Contabilidade do Estado); Euclides Beviláquia (assumiu a cadeira de Teoria e Prática do Processo Civil e Criminal); João David Perneta (responsável pelas cadeiras de Geometria Analítica e de Cálculo Infinitesimal).

Nilo Cairo, considerado pelo grupo o principal fundador, assumiu várias cadeiras na área médica. Estudou na Escola Militar e na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Vitor do Amaral, considerado pelo grupo

“reitor de sempre”, recebeu sua formação intelectual na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Os dois estavam atrelados a um ambiente cultural marcado pelas mentalidades positivas e científicas.

A filosofia positiva começou a ganhar espaço entre a intelectualidade brasileira, paulatinamente, a partir de 1850. A Escola Militar foi o centro donde começaria tal doutrina a orientar as pesquisas. Para Barros (1986, p. 114),

Voltados para problemas matemáticos e físicos, faltava aos nossos “bacharéis de farda” um pensamento filosófico diretor, uma doutrina científica geral, em função da qual organizassem metodicamente o seu saber. Não poderiam satisfazê-los o ecletismo à Cousin ou as outras filosofias em moda no país, geralmente divorciadas da ciência.

Naquela instituição, inúmeros trabalhos foram feitos sob inspiração da filosofia positiva de Comte. Entretanto, conforme indica Barros, num primeiro momento, não foi a filosofia da história que chamou a atenção dos estudiosos da Escola Militar porque não se questionou a organização do país, mas

O seu papel é apenas o de chamar a atenção para a figura de Comte, estabelecer no país o seu prestígio como teórico das ciências físicas e matemáticas e possibilitar, mais tarde, a transferência desse prestígio para o campo das questões históricas, sociais e políticas [Barros, 1986, p. 116].

O programa da Escola Militar foi re-estruturado, no início da República, com a reforma do ensino promovida por Benjamin Constant. As novas propostas visavam tornar o soldado brasileiro como símbolo tanto da força quanto da inteligência, contribuindo com a ordem e o progresso da sociedade brasileira. Segundo João Quartim de Moraes, a reforma da Escola Militar visava constituir um novo modelo de soldado que, para tanto,

Precisa de uma educação científica que [...] o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela ra-

cional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais. Segue um plano de “ensino integral”, obedecendo às leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades [Moraes, 1997, p. 74].

Enfim, a Escola Militar se tratava de uma instituição cuja finalidade era formar um corpo de intelectuais altamente comprometidos com o ideário da filosofia positiva, qual seja, a constituição do estado positivo. Segundo Murilo de Carvalho (1978, p. 195), o ensino da Escola Militar, “com a entrada do positivismo, passou a ser mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras do que de disciplinas militares”. De acordo com Barros (1986, p. 145),

Desde os princípios da ilustração brasileira [1870] outras filosofias populares do século XIX eram divulgadas no país, ao lado do positivismo. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Dr. Augusto César de Miranda Azevedo, em 1875, realizava uma série de conferências populares sobre o darwinismo.

Ao longo do último quartel do século XIX, a filosofia de Comte foi sendo substituída pelos teóricos da ciência: Pereira Barreto, um dos principais divulgadores da filosofia positiva de Comte no sul do Brasil, no final dos anos de 1870, abandonou a ortodoxia; Tobias Barreto, considerado o precursor do positivismo em Recife, abandonaria em pouco tempo esta teoria; Silvio Romero teria afirmado, conforme Barros (1986, p. 134), “Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, e Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley, e ainda hoje o lado inatacável, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica, me prende completamente”. Para Barros, essa afirmação

[...] caracteriza a evolução da nova inteligência brasileira, que guardaria do filósofo francês o “espírito positivo” e, geralmente, pelo menos no período que estamos considerando [1870-1889], a crença na lei dos três estados, deixando para os infatigáveis apóstolos da religião da humanidade a conservação da doutrina integral do mestre. O positivismo faz-se cientificismo [p. 145].

O contato com essas novas ideias indicava a possibilidade do cultivo da ciência, pois os professores das faculdades reclamavam do excesso de teoria e da escassez de atividades práticas nos programas das cadeiras dos cursos de direito e de medicina, o que resultou em uma progressiva recepção do pensamento científico entre a intelectualidade brasileira, em contraposição às ideias metafísicas, bem como às letras.

Nilo Cairo e Vitor do Amaral foram instruídos neste contexto de efervescência das ideias do positivismo, do darwinismo, do spencerismo, do materialismo, do tainismo e de tantos outros, o que explica por que o projeto de 1912 estava imbuído dessas ideias. Nilo Cairo da Silva permaneceu fiel às ideias de Comte, pois é o que atesta a sua oração de paraninfo, intitulada *Liberdade de ensino e liberdade profissional*, proferida em 1914, em homenagem ao primeiro grupo de alunos que fez colação de grau na UP, na qual afirmava que a escola positiva

[...] tem sido [...] no nosso país, não somente a única a invocar, em favor das reformas que prega, os altos interesses coletivos da regeneração social, mas também de todas a mais apaixonada, a mais extremada, a mais ativa, a mais rica de razões elevadas, na propaganda da liberdade de ensino [Silva, 1914, p. 16].

A constituição da UP contou com a participação de inúmeros intelectuais que exerciam suas atividades profissionais e políticas na capital paranaense. No que diz respeito à formação profissional e ideológica, a grande maioria a recebeu nas faculdades que existiam no Brasil, sobretudo nas de medicina, direito e politécnica. Portanto, a universidade de 1912 tinha como preocupação fundamental a formação de profissionais para ocupar as funções burocráticas das esferas estatais, bem como desenvolver o progresso técnico no estado do Paraná, contribuindo com o projeto de constituição de uma nação moderna. Naquele momento observava-se a aproximação explícita entre os especialistas e os grupos dirigentes do estado, pois objetivavam ver a cidade ajustada à nova sensibilidade, aos parâmetros modernos, aos ideais do “progresso”. A rigor, desde a década de 1850, com a instalação do governo da província

do Paraná, ganharam “espaço na administração os profissionais com formação técnico-acadêmica. Aos bacharéis reuniram-se os engenheiros, que viriam a ser os profissionais do urbano por excelência” (Pereira & Santos, 2000, p. 87).

Os fundadores da UP constituíram um grupo coeso, haja vista que eles expressavam o desejo de criação de cursos ligados as suas trajetórias profissionais. Existiu o encontro de horizontes entre os intelectuais fundadores, o que explica o reconhecimento desse projeto como parte fundamental do processo de modernização do Paraná. Uma grande parcela da elite curitibana desejava a constituição desse projeto pois, no lançamento da pedra fundamental dos alicerces da UP, no dia 31 de agosto de 1913, estavam os representantes de diferentes instituições da capital paranaense, entre os quais destacamos Carlos Cavalcanti (presidente do Paraná), d. João Braga (bispo da diocese de Curitiba), Cândido de Abreu (prefeito de Curitiba), Afonso Camargo (vice-presidente do Paraná), Arthur Franco (secretário da Fazenda), Hugo Simas, representante do Clube Curitibano, Sebastião Paraná e Enéas Marques, representantes dos jornais *Comércio do Paraná* e *República*, Emiliano Pernetá do Centro Paranaense de Letras e professores que compuseram o grupo fundador da universidade. Salientamos que a presença de autoridades dirigentes do estado do Paraná e de Curitiba, bem como de outras, expressava que o projeto universitário caracterizava-se como uma obra coletiva da elite desse estado. Grande parte dessas autoridades exerceu atividade docente ou administrativa na universidade. Dentre essas, Cândido de Abreu² e Afonso Camargo³, respectivamente prefeito e vice-presidente, os quais foram professores da UP.

A presença do bispo João Braga Camargo caracterizava uma relação de diálogo entre o poder civil e o poder eclesiástico, pois entre os intelec-

-
2. Formado em engenharia. Utilizou o espaço estatal para efetivar os projetos modernos. Daquela esfera contribuiu com a efetivação da Universidade do Paraná, bem como para a presença do engenheiro nas tomadas de decisões das políticas públicas da capital e do estado.
 3. Formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

tuais fundadores da UP não localizamos intervenções que expressassem um posicionamento anticlerical. Naquele momento, Dario Vellozo era o principal crítico do pensamento católico mas, entre os fundadores da UP, não houve contraposição explícita aos valores católicos, embora Vitor Ferreira do Amaral estivesse vinculado à maçonaria e Nilo Cairo se denominasse seguidor dos princípios da filosofia positiva de Comte. Nesse sentido, eles estabeleceram seu projeto de ensino superior como expressão de um novo Paraná, alicerçado no pensamento da ciência aplicada. No entanto, de modo estratégico, não se detiveram em combater o pensamento católico, ou melhor, a tradição que marcava a cultura paranaense, pois entre os integrantes do grupo estavam pessoas vinculadas ao pensamento religioso-católico. Essa situação caracteriza que o projeto universitário não explicitava as querelas ideológicas do clericalismo e do anticlericalismo mas, sim, expressava o desejo de constituir um novo projeto para o estado.

Nilo Cairo afirmava, por exemplo, que no início da República, a lei “emancipou a Igreja Católica da tirania do poder temporal” (Silva, 1914, p. 5). Essa assertiva estava no interior da discussão sobre a liberdade de ensino, e considerava que esse debate marcou tanto os católicos quanto os positivistas, uma vez que o sistema oficial de ensino representava um impedimento para a efetivação de instituições particulares de ensino. Ao sustentar que a Igreja se emancipou do Estado, e não o inverso, Nilo Cairo visava consolidar a tese do ensino livre. Além disso, ao pôr a Igreja como vítima na história do Brasil, ele estabelecia uma convivência pacífica entre o grupo fundador da UP e o clero católico paranaense.

Nilo Cairo falava num contexto em que o Estado tinha uma marca centralizadora pois, ao longo do período imperial, houve predominância desse pensamento culminando com a ideia de criar uma universidade, desde que resguardado o princípio da centralização. Em um Estado centralizador, o próprio clero foi controlado, pois, de acordo com Roberto Romano (1991, p. 81), “na colônia, foi tão forte o mando laico sobre o instituto eclesiástico que se pode falar deste último como uma corporação que foi transformada em serva do poder secular, como um departamento do Estado”. Nilo Cairo proclamava a necessidade da liberdade de ação

dos indivíduos no campo da educação, principalmente no ensino superior e, nessa ação, a Igreja católica representava uma aliada importante.

A aceitação do projeto universitário em Curitiba deu-se pela ação coordenada da elite paranaense, embora tenha existido resistência entre parte dos intelectuais e políticos do Paraná, pois, de acordo com Vitor do Amaral, no momento da criação da universidade havia “uma atmosfera pouco propícia de dúvidas e desconfiças, sobre a orientação que ela se propunha a rotear. Houve mesmo incrédulos que custaram a dela afastar os maus augúrios, os lúgubres vaticínios” (Relatório..., 1913, p. 5). Em outra passagem ele afirma que

A existência de nossa Universidade, é, pois, uma realidade; ninguém pode mais considerá-la uma vã tentativa arriscada a abortar; a regularidade com que funcionaram as aulas dos diversos cursos e a seriedade com que foram realizados os exames finais, em que não foram raras as reprovações, tudo demonstra que se trata de uma instituição com todos os requisitos de viabilidade [Relatório..., 1913, p. 7].

Entendemos que, além de ser uma resposta aos críticos da universidade, o autor afirmava que a regularidade das aulas, a rigidez dos exames e o índice de reprovação sustentavam a ideia de que a UP era expressão de um ensino de qualidade.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque⁴ não exerceu atividades docentes na UP no período (1912-1916) em que esteve na presidência do Paraná⁵. Não obstante, subvencionou a instituição com 80 contos de réis, no ano

-
4. Em 1879 foi para Porto Alegre concluir o curso na Escola de Cadetes. Mais tarde ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, donde recebeu o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas. A sua trajetória política foi constituída no Partido Republicano.
 5. No período provincial (presidente); na fase republicana do governo provisório (governador); a Constituição Estadual de 4 de julho de 1891 restabeleceu a expressão de presidente; a Constituição Estadual de 7 de abril de 1892 adotou o título de governador, que permaneceu até 1904. A partir daí se restabeleceu, por emenda à Constituição, o antigo tratamento de presidente; a Constituição Federal de 1934 reintroduziu o título de governador.

de 1913. No relatório final, João Soares Barcellos, tesoureiro da universidade, mencionava que

É-nos muito justo ponderar aqui que a quantia de Rs. 80:000\$000 [80 réis], que tão bondosa e utilmente nos concedeu o Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, digníssimo e honrado Presidente do Estado do Paraná, de acordo com o seu Decreto n. 389, de 23 de maio deste ano, a título de auxílio, poderosamente contribuiu para que o estado econômico deste estabelecimento se desenvolvesse com observada rapidez [Relatório..., 1913, p. 96].

No período em que foi fundada a UP Cândido de Abreu foi outra liderança política que pôs o poder público a serviço do projeto universitário no Paraná. Ele exerceu a função de dirigente político da cidade, concomitantemente à função de professor no curso de engenharia civil. Na condição de prefeito, fez a doação do terreno para construção da universidade. O relatório de 1913 enfatizava:

Com desmedido prazer, também consignamos no nosso relatório a avultada oferta de um dos mais belos e valiosos terrenos que possui esta Capital, com o qual o Exmo. Sr. Dr. Cândido Ferreira de Abreu, digníssimo Prefeito de Curitiba, doou à Universidade do Paraná, para que nele fosse construído o imponente edifício deste estabelecimento, o qual já se acha em adiantada construção [Relatório..., 1913, p. 96].

A presença dos especialistas entre os dirigentes do Estado caracterizava a importância que foi dada ao pensamento técnico no processo de constituição da modernização do Paraná. A UP representava o espaço de formação desses arautos da modernização. Nesse sentido, os seus fundadores contaram com a participação e o apoio da elite dirigente do Paraná no processo de criação da universidade, ou melhor, os intelectuais, particularmente Nilo Cairo e Vitor do Amaral, aglutinaram em torno de seu projeto diversos personagens importantes e influentes no cenário político e cultural de Curitiba e do Paraná, o que foi fundamental para a efetivação da universidade.

Estratégias para a consolidação da Universidade do Paraná

Entre o período de desmembramento (1915) e de equiparação (1922), o grupo da UP estabeleceu diferentes estratégias que visavam dar sustentação ao projeto de ensino superior em Curitiba. A primeira foi a criação do Livro de Visita, no qual diversas autoridades políticas e acadêmicas registraram suas observações de apoio ao projeto dos paranaenses. A segunda foi a fundação da *Revista Acadêmica*, órgão do Centro Acadêmico do Paraná, organizada com a participação do corpo docente. Esse periódico consistiu-se em um dos mais importantes meios de comunicação da produção acadêmica, bem como de propaganda da instituição de ensino superior, ou seja, foi o responsável pela publicização do discurso institucional. A terceira foi a criação da Maternidade do Paraná e de cursos de extensão.

Vitor do Amaral afirmava: “enquanto não se pode cumprir essa finalidade regulamentar [equiparação], não cesso de convidar pessoas eminentes para visitarem e verificarem *de venço* que ela não se arreceia de uma fiscalização criteriosa” (Relatório..., dez. 1916, p. 223, grifo do original)⁶. Essa estratégia serviu para legitimar as faculdades entre os paranaenses, particularmente entre a juventude, bem como entre as autoridades do governo federal, responsáveis pela fiscalização e expedição de decreto de reconhecimento das instituições de ensino superior.

Inúmeros comentários que saudavam o empreendimento universitário paranaense foram publicados na *Revista Acadêmica*, entre os quais destacamos o de Romário Martins⁷:

Eu não sou um convencido da nossa capacidade criadora, mas tive de curvar-me à evidência dessa brilhante realidade que, singularmente, patenteia

6. A referência ao Relatório da Universidade ou da Faculdade de Medicina e a discursos feitos por Vitor F. do Amaral está paginada de acordo com a obra *Vitor Ferreira do Amaral e Silva (o reitor de sempre)*, organizada por Eduardo C. Lima (1982), com exceção do relatório de 1913, que está sendo usado o original.

7. Historiador paranaense.

a vitória mais eficiente que há produzido em nosso meio a pró de uma obra de tão dilatada extensão e ligada a tão múltiplas dificuldades, num centro como o nosso, infenso a estimular iniciativas de tal porte [*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 285].

Em 17 de fevereiro de 1916, os membros da missão científica americana do Instituto Rockfeller, em companhia de Rodolfo Joseti, manifestaram que “seria um crime do Conselho Superior do Ensino não equiparar a Universidade do Paraná pois, no Brasil, não conhecia ele outro instituto de ensino superior tão bem montado como o do Paraná” (*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 288). Outras observações foram feitas pelo grupo, como a de Richard Pearce: “congratulo-me com a Universidade do Paraná, pela sua bem montada Faculdade de Medicina” (idem, *ibidem*). Também John Ferrie afirmava: “é-me sumamente grato observar o excelente edifício e instalação da Universidade do Paraná, e ainda mais especialmente o entusiasmo para a sua manutenção e progresso manifestado pelos membros do corpo docente” (idem, *ibidem*).

O parecer desse instituto científico representou naquele contexto muito prestígio para a Faculdade de Medicina, pois, dentre as três faculdades, aquela era a mais criticada. Outra ação dos diretores da Faculdade de Medicina foi convidar George Dumas, médico-psiquiatra e filósofo de formação positivista, para fazer conferência sobre neurologia no Paraná, quando se afirmou que “tem o nosso culto povo a imensa ventura de ter hospedado, por pequeno lapso de tempo, o eminente professor de psicologia da Sorbone, dr. George Dumas, uma das maiores e das mais acatadas mentalidades científicas da França, a grande nação amiga” (*Revista Acadêmica*, dez. 1917, p. 242). A presença de George Dumas teve forte representação simbólica, pois foi um dos personagens centrais de intercâmbio cultural entre a França e o Brasil, desde 1907/1908, embora sua presença tenha sido marcante no processo de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

O grupo paranaense publicou as observações de Dumas que elogiavam os edifícios e as instalações da jovem Universidade de Curitiba. Afirmou que essa universidade tinha um futuro promissor, e que traria

muitos méritos para o Paraná e para o Brasil. A impressão desse filósofo representava um significativo reconhecimento entre os intelectuais, pois expressava a visão de um pensador francês, o que, no início do século, caracterizava forte sentido simbólico.

A *Revista Acadêmica* fez a descrição das atividades, dos espaços e dos móveis pedagógicos existentes na universidade. O diretor da revista descreveu a arquitetura da universidade, cujo artigo foi antecedido pelo debate em torno do uso de cadáveres nas aulas de anatomia. Os críticos da faculdade afirmavam que o ensino se baseava sobremaneira na especulação. No entanto, o redator indicava que a faculdade estava estruturada com inúmeros laboratórios, o que minimizava a acusação de que a formação do médico não privilegiava a experimentação.

Plácido e Silva afirmava que “seu edifício, altaneiro, se ergue à Praça Santos Andrade, como um atestado eloquente de sua solidificação. Já denominado em feliz expressão o Palácio da Luz, é de construção elegante e luxuosa, merecendo elogiosas referências dos técnicos” (*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 282). Naquele contexto, o edifício da instituição simbolizou o que existia de mais moderno na capital paranaense. No dizer do redator, “de estilo moderno, sua fachada forma um conjunto artístico que agrada a todos, mesmo aos profanos na arte, tornando o edifício um dos principais prédios da nossa capital” (idem, ibidem).

O discurso de Romário Martins reafirmava esse imaginário ao enunciar que o prédio era todo pomposo e “iluminado”, contrapondo-se à escuridão noturna da Santos Andrade. Os termos “iluminado” e “Palácio da Luz” podem ser interpretados em dois sentidos: do ponto de vista técnico, o edifício representou um marco na cidade curitibana; no plano metafórico, o grupo utilizava essa marca do monumento para explorar a ideia de que o saber científico representava a luz no meio da escuridão. Romário Martins fez alusão a esse sentido ao dizer que “caminhava por trilha que, não fosse meu ilustre guia já o saber de cor, não sei se eu chegaria a penetrar sozinho no templo resplendente de luz interior que é a nossa Universidade” (*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 285). E continuava o autor,

Parece que a prefeitura quis, propositalmente, abandonando de melhoramentos esse local da cidade, simbolizar, na ironia de um caos, que para se chegar aos conhecimentos da cultura humana é mister palmilhar primeiro os devaneios do atraso, tatear a rudeza dos caminhamentos, acender os olhos na noite da ignorância para os ir acostumando à luz radiosa da sabedoria [*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 285].

Plácido e Silva descreveu com minuciosos detalhes a parte interior da UP, que ocupava uma área de três mil metros quadrados, o que a caracterizava como uma das maiores da América do Sul. Era formada por cinco pavimentos, além da cúpula que compreendia dois andares e um palanquim. No primeiro pavimento existiam dois anfiteatros de aulas orais, o Laboratório de Anatomia e o almoxarifado. No segundo, continuava o redator, tem anfiteatro de aula oral, tecnologias das profissões elementares, sala para alunas, assistência judiciária, clínica dentária. No terceiro localizava-se a administração da instituição, destacando-se a sala do Conselho Superior, na qual

[...] a sua ornamentação, além de artística, dá-nos a impressão nítida de que ela é destinada a atos solenes e faustosos. Há aí, em símbolo, a representação de todos os cursos da Universidade e mais suas armas e as do Município e do Estado, tudo acabado com capricho e formando um belo conjunto [*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 284].

No quarto pavimento havia o Laboratório de Microbiologia, o Museu de História Natural, o Museu de Anatomia, o Laboratório de Fisiologia, o gabinete de Física Experimental e o Laboratório de Histologia, que “são constituídos pelo que há de mais perfeito e moderno em matéria de ensino, não temendo confronto com os seus congêneres de outras escolas brasileiras” (*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 284). É interessante observar que a descrição dos inúmeros laboratórios e museus estabeleceu a imagem de que o ensino superior não estava centrado na formação teórica, mas nas aulas experimentais. Naquele contexto, criar essa representação do ensino dado na universidade consistia numa estra-

tégia de luta para sua legitimação entre os paranaenses bem como entre as autoridades federais. No quinto pavimento estavam os laboratórios de Química Geral e de Análises e as salas de desenhos. Na cúpula nada tinha sido instalado, no entanto, conforme o autor, a intenção da diretoria era criar os observatórios de astronomia e de estação metereológica.

Essa estratégia visava deslegitimar as críticas endereçadas à universidade, particularmente aquelas que diziam não haver laboratório, ou melhor, não existir estrutura para aulas experimentais. A impressão criada pelo redator é de que a universidade não só tinha um edifício monumental, mas também estava marcada pelos elementos da pedagogia moderna. Nesses termos, o progresso e a modernização da cidade expressavam os saberes da ciência que eram ensinados na UP.

Na década de 1910, a modernização da cidade foi uma preocupação fundamental do grupo dirigente de Curitiba e do Paraná. Portanto, o projeto arquitetônico da UP deve ser observado dentro daquele contexto cujo objetivo era a afirmação do discurso técnico-científico. Neste artigo, não queremos discutir a concepção de arquitetura presente no edifício da universidade⁸, no entanto, ao extrapolar a questão localizada nesse prédio, vemos que naquele contexto fazia parte do projeto político da República estabelecer edifícios luxuosos e pomposos na cidade, particularmente instituições de ensino que expressassem a concepção da educação republicana.

No início da República, principalmente em São Paulo, começou o processo de constituição dos grupos escolares, os quais visavam estabelecer uma das representações da República. Sob a inspiração das iniciativas daquele estado, a partir do início do século XX, foram criados vários grupos escolares em Curitiba. No dizer de Marcus Levy Bencostta,

No discurso daqueles que implantaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar

-
8. A obra *Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história*, escrita por Antonio J. Gonçalves Junior, pode contribuir para o entendimento das diferentes características da arquitetura do prédio da UP.

a República, construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizados com as mudanças que o mundo *moderno* apresentava [Bencostta, 2001, p. 104, grifo do original].

Nessa direção, o modelo arquitetônico da universidade participava desse projeto que visava consolidar o ideário republicano sobre a educação. Ao mesmo tempo, expressava o projeto de modernização do Paraná. Havia, então, uma aproximação entre a concepção de arquitetura dos grupos escolares e a aceção de arquitetura presente na UP.

A UP contribuiu com o estabelecimento das crenças no progresso, na ciência e na modernização do Paraná. Interessa a este artigo as representações criadas sobre a arquitetura da universidade, particularmente a noção de Palácio da luz. Para Antonio Gonçalves Junior (1997, p. 59), “o Partenon na Acrópole de Atenas é uma imagem tão difundida e tão representativa da expressão arquitetônica do mundo ocidental, que talvez tenha se tornado no inconsciente coletivo a referência mais importante da arquitetura”. A arquitetura da UP representou, naquele momento, o símbolo da civilização e do progresso. O grupo paranaense projetou a arquitetura da UP como expressão da modernização, o que afirmava a positividade da ciência e da UP na cidade curitibana.

A terceira estratégia visava consolidar a ideia de universidade entre todos os paranaenses. Para tanto, foram estabelecidos a Maternidade do Paraná e os cursos de extensões para afirmar entre a população curitibana o papel da UP. A Maternidade do Paraná foi criada em 3 de agosto de 1914 para atender ao público curitibano, bem como desenvolver a aprendizagem prática dos alunos da Faculdade de Medicina. Conforme Vitor do Amaral, “a Maternidade do Paraná continuou a prestar seus inestimáveis serviços à assistência de partos, onde mães indigentes, com o fruto de suas entranhas, têm encontrado seguro abrigo” (Relatório..., dez. 1916, p. 226).

Os cursos de extensão visavam atender a outras pessoas que não tinham condições de frequentar a universidade servindo, também, para divulgar a função social dessa instituição. Fazemos menção ao curso de enfermagem, iniciado em 1917, noticiado por vários órgãos da imprensa

curitiba. A *Revista Acadêmica* mencionou que o jornal *A República* teceu muitos elogios a essa iniciativa. Essa revista republicou o artigo original escrito pelo referido jornal, do qual destacamos a seguinte afirmação: “é uma bela e louvável iniciativa a do ilustre diretor da universidade que assim coopera com eficiente patriotismo na obra de providência que o momento aconselha a todos os brasileiros” (*Revista Acadêmica*, ago. 1917, p. 135). Esse curso de extensão tratava de orientação de primeiros socorros a enfermeiras voluntárias da Cruz Vermelha Paranaense, versando sobre as principais noções sobre o corpo humano: ossos, articulações e músculos; órgão e aparelhos; ferimentos e contusões; meios de tratamento; fraturas e luxações; hemorragias e queimaduras; asfixia e envenenamento; convulsões; meio de transporte de doentes e feridos; cuidados com os enfermos em geral; noções gerais de higiene e preparação do luto e do aposento do enfermo.

Universidade do Paraná: a separação administrativo-didática e a luta pelo reconhecimento oficial junto ao governo federal

A Reforma Rivadávia Corrêa não representou a consolidação do sistema livre de ensino, embora tenha sustentado a criação de diversas universidades nas capitais brasileiras, pois, em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do decreto n. 11.530, determinava que caberia ao governo federal a criação de universidade no Brasil. Esta nova legislação expressava a centralização do ensino superior nas mãos do governo federal, predominante ao longo de sua história, o que implicou a supressão das universidades existentes naquele período.

Segundo Plácido e Silva, diretor da *Revista Acadêmica*, a UP, inicialmente,

[...] compreendia vários cursos agrupados em torno do estabelecimento. Assim permaneceu até mil novecentos e quinze. Depois, para mais facilitar sua fiscalização, exigida, para validade de seus diplomas, pela reforma pos-

tergadora de seus direitos adquiridos, ficou subdividido em três faculdades [Revista Acadêmica, nov./dez. 1918, p. 280].

Do ponto de vista jurídico, não havia outra saída a não ser seguir as diretrizes da nova lei. Nesse sentido, a Universidade do Paraná transformava-se em Faculdade de Direito, com os cursos de direito e de comércio, em Faculdade de Engenharia, com os cursos de engenharia civil e de agronomia, e em Faculdade de Medicina, com os cursos de medicina, odontologia, obstetrícia e veterinária. De acordo com Plácido e Silva, “o curso de Comércio que, até 1918, se achava anexado à Faculdade de Direito, passou a se constituir em curso à parte” (Revista Acadêmica, nov./dez. 1918, p. 280).

Anteriormente a esses problemas que determinaram o desmembramento da UP, o grupo enfrentou dificuldades de ordem financeira. De acordo com Macedo Filho, a partir de 1913,

[...] seguiu-se um período de tremendas dificuldades de ordem financeira e também de ordem moral, em que foi posta à prova a energia, a coragem e a tenacidade dos diretores do corpo docente. Todos, porém, se mantiveram a altura da situação e, estoicamente, surdos aos prognósticos dos pusilânimes, tendo a alentar-lhes apenas a imensa vontade de vencer, mantiveram-se em seus postos mesmo com enormes sacrifícios [Revista Acadêmica, jun. 1934, p. 6].

Conforme relatório de 1913, a UP contabilizou o ano com receita de aproximadamente 16 contos de réis. O seu patrimônio estava avaliado em 223 contos de réis. Não obstante, o grupo precisava construir um novo prédio, cuja pedra fundamental fora lançada em agosto do corrente ano. Dessa forma, “a construção vai sendo feita com a máxima rapidez, a fim de poder, em abril próximo futuro, dar abrigo aos cursos da Universidade, embora mesmo não estejam ainda ultimadas as obras” (Relatório..., dez. 1913, p. 6). Naquele momento, a UP já contava com as subvenções de 80 contos de réis do estado do Paraná e com 50 contos de réis da União. A dificuldade financeira originou-se, portanto, do investimento que estava sendo feito na construção do seu edifício na Praça Santos Andrade, cujo terreno fora doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

No ano de 1914, a contabilidade da UP relatava que a receita foi de 193 contos de réis e a despesa de 268 contos de réis, o que gerou um déficit de 74 contos de réis. No entanto, o grupo não expressava grande preocupação, pois sabia que tal dívida se devia aos investimentos feitos pela instituição. A rigor, conforme Vitor do Amaral, se a universidade tivesse vendido seu terreno, cujo valor é de 30 contos de réis, bem como recebido 5 contos da prefeitura e 15 contos da União, o valor da dívida seria de 24 contos de réis. Entretanto, afirmava Amaral, “sob o ponto de vista financeiro se não devemos nos lisonjear pelo nosso estado econômico, atingido como tudo o mais no nosso país pela crise mundial, também não temos motivos para grandes apreensões” (Relatório... dez. 1914, p. 209).

A UP precisava investir na criação do edifício próprio, bem como em laboratórios, ou seja, nos elementos necessários para estruturar o ensino e garantir o reconhecimento pelo governo federal. No dizer de Vitor do Amaral,

A dívida existente resulta mais da montagem dos laboratórios, gabinetes e museus com que está dotada a Universidade, estando a chegar o restante do material encomendado há mais de dois anos, constante de custosas máquinas e aparelhos para o gabinete de resistência de materiais da Faculdade de Engenharia [Relatório..., dez. 1916, p. 227].

Não obstante, para Vitor do Amaral,

O maior abalo que a Universidade tem tido é o Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, ainda em discussão no Congresso Nacional, o qual veio restringir e anular direitos garantidos pela Lei n. 8.659, de 5 de abril de 1911, sob cuja exide ela foi criada [Relatório..., dez. 1916, p. 223].

Não há dúvida que o decreto de 1915 representou ameaça à UP, pois simbolizou a derrota do ideário do ensino livre tão defendido por grande parte dos intelectuais brasileiros no decorrer das últimas décadas do século XIX, bem como nas primeiras décadas do século XX. Essa

situação causou insatisfação a Nilo Cairo, um dos maiores defensores do sistema de ensino livre, o que implicou a sua retirada do Paraná passando a viver em São Paulo.

Em correspondência enviada a Vitor do Amaral, no dia 17 de abril de 1917, Nilo Cairo dizia “do resto do mundo nem quero saber [...]. Inveja-me, pois, Vitor, e desculpe-me se não trato mais das coisas da sua Universidade. Do resto do mundo, repito, não quero mais saber” (Carneiro, 1984, p. 32)⁹. Em outra carta, escrita em 14 de maio de 1917, dizia a Vitor do Amaral: “se não morrer dentro de dez anos, espero ser o homem mais feliz da terra, depois de 42 anos de luta, ingloria e vã” (Carneiro, 1984, p. 34). Nilo Cairo afirmava que não acreditava “uma linha no reconhecimento dela [a UP] pelo Poder Legislativo. Os nossos deputados e o governicho [do Paraná] não valem dois caracóis junto da união e nada farão” (Carneiro, 1984, p. 37). Na mesma correspondência ainda continuava:

Imagino certamente a prebenda que v. leva aos ombros em caminho do cemitério das nossas ilusões. O Paraná não é ainda, nem será por dois ou três séculos, terra para universidades! E v. há de agora confessar que eu fiz muito bem em atirar tudo isso às ventas de um povo atrasado, cujos dirigentes não compreendem o bem que se faz à sua terra [Carneiro, 1984, p. 38].

Ele encerrava a sua carta dizendo, “v. também há de ser crucificado porque ninguém, certamente há de avaliar o que gastamos de fósforo cerebral e de energia moral, para levantar nossa instituição que o Paraná não merece. Nem o Paraná nem o Brasil” (Carneiro, 1984, p. 38).

Concomitantemente à discussão sobre a Lei Maximiliano, a UP recebeu inúmeras críticas que se referiam aos problemas administrativos e didáticos. O curso de medicina foi objeto de diversos ataques, mas conforme Plácido e Silva, “não faltaram, vendo, em um pessimismo irritante, neste modo de agir de sua administração, um ato de loucura, de antemão prognosticando o mau preparo de seus alunos” (*Revista*

9. As correspondências entre Nilo Cairo e Vitor do Amaral foram organizadas e publicadas na obra intitulada *Nilo Cairo (biografia)*, escrita por David Carneiro.

Acadêmica, nov./dez. 1918, p. 280). De acordo com o autor, a crítica referia-se à falta de cadáveres para o estudo de anatomia, o que para ele não era procedente, pois relativizava a importância do uso de cadáver para compreensão da anatomia humana ao citar passagens do relatório feito pelo professor Azevedo Sodré, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no qual, em 1912, dizia:

Verifiquei que, em Munique, os estudantes dissecam muito menos que entre nós [...]. De fato, não vejo vantagens compensadoras neste afanoso e delicado trabalho, e acredito que o aluno pode perfeitamente estudar a anatomia, sem dissecação, desde que disponha de bons desenhos, reproduções fotográficas e preparações conservadas [*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, p. 281].

Essa discussão precisa ser entendida no contexto de luta pela equiparação e reconhecimento das faculdades paranaenses. O autor fez uso do argumento de autoridade para se contrapor às críticas feitas à Faculdade de Medicina. No ano de 1918, o grupo precisava legitimar o curso de medicina, ou melhor, torná-lo aceito entre a elite paranaense, bem como entre a elite brasileira. Não se podia aventar a hipótese de fechamento do curso. Naquele contexto, a Faculdade de Medicina não era reconhecida oficialmente pelo governo federal. Os bacharéis eram reconhecidos no Paraná e em mais dois estados da federação (Santa Catarina e Mato Grosso). Para tanto, era fundamental o reconhecimento federal. Nesses termos, a estratégia discursiva do autor foi de enfatizar a sua argumentação. Ele fez referência a diversos professores de anatomia para minimizar a assertiva que sustentava a necessidade de dissecar cadáveres para o estudo dessa área do conhecimento. Ele dizia que existia diferença entre observar o organismo vivo e o organismo morto. Em suas palavras, “em todos os tempos, os bons espíritos anatômicos não deixaram de observar as diferenças existentes entre as disposições dos órgãos no cadáver e no vivo” (*Revista Acadêmica*, nov./dez. 1918, pp. 281-282). Não é nossa intenção discutir a validade dessas afirmações. Interessa-nos demonstrar as estratégias discursivas utilizadas pelo autor a fim de legitimar o curso de medicina no Paraná.

Conforme Macedo Filho, uma batalha travava-se a fim do reconhecimento. Para tanto, o Conselho Superior de Ensino exigiu a separação das faculdades, o que resultou na divisão administrativa e didática, elegendo as diretorias de cada uma das faculdades. De acordo com o autor, “os nossos esforços foram coroados de êxito magnífico, vendo, nos memoráveis dias 29 de julho e 6 de agosto de 1920, declarada pelo Ministro de Justiça e dos Negócios Interiores, a equiparação das Faculdades de Direito e Engenharia, às congêneres oficiais” (*Revista Acadêmica*, jun. 1934, p. 7). Para Macedo Filho, a consolidação desse esforço ocorreu no dia 18 de fevereiro de 1922: “depois de uma inspeção rigorosa por parte do Conselho Superior de Ensino, conquistava também a Faculdade de Medicina, com referências muito lisonjeiras desse Conselho a sua equiparação” (*Revista Acadêmica*, jun. 1934, p. 7).

O reconhecimento federal representou a consolidação das faculdades paranaenses. Naquele contexto, a juventude ficava apreensiva ante a possibilidade de não equiparação das Faculdades do Paraná. O número de matrícula de alunos evidenciava a dificuldade da Faculdade de Medicina. Os relatórios informam que, em 1915, vinte e nove alunos foram matriculados na primeira série no curso de medicina, em 1920, foram quatro alunos e, a partir de 1924, o número de matriculados passou a aumentar significativamente. Para Vitor do Amaral, “as exigências para a equiparação da Universidade às escolas oficiais e o decorrente reconhecimento de seus diplomas, geraram a desconfiança em muitos estudantes pelo receio de ver periclitarem seus direitos” (Relatório..., dez. 1916, p. 223). Apesar disso, indicava o autor,

Provida de todos os elementos didáticos indispensáveis aos seus elevados fins, a Universidade, cõnsua da justiça que lhe assiste, só espera completar o seu 5º ano de existência, exigido por lei, para em princípios de 1918, requerer, com ressalva de todos os seus direitos adquiridos, ao Conselho Superior do Ensino da União a sua equiparação [Relatório..., dez. 1916, p. 223].

O processo de reconhecimento junto ao governo federal foi demorado. Primeiramente, o ensino superior nasceu na estrutura de universidade,

fundamentado na lei de 1911. Posteriormente, em 1915, o governo federal revogou aquela lei e centralizou o direito de criar universidades no país. Dessa forma, não existia liberdade para a constituição de universidades. Naquele momento, a UP precisou ser desmembrada, pois, de acordo com a Lei Maximiliano, as faculdades deveriam ter cinco anos de existência para requerer ao Conselho Superior de Ensino a equiparação às faculdades oficiais. Portanto, somente em 1918 o grupo pôde fazer tal solicitação. A partir de então, iniciou-se o processo de luta pelo reconhecimento federal, sob a liderança de Vitor do Amaral. No dizer de Macedo Filho,

[...] uma ação tenaz, inteligente e orientada se fazia ainda mister para dominar a série interminável de óbices que surgiram no caminho áspero que íamos trilhando. E essa ação foi combinada, delineada e posta em prática, nela se revelando o heroísmo do ilustre reitor da Universidade Dr. Vitor do Amaral, que enfrentou todas as dificuldades, e o patriotismo de Afonso Camargo, que amparou a instituição, moral e materialmente [*Revista Acadêmica*, jun. 1934, p. 6].

O movimento pela equiparação contribuiu para demover o pessimismo de Nilo Cairo. A partir de 1919, as correspondências de Nilo Cairo expressavam apoio moral às ações de Vitor do Amaral. Ou seja, ele voltou a acreditar no projeto universitário ao escrever em 10 de outubro de 1919 as seguintes palavras: “tenha, porém coragem, e reforce a sua tenacidade. Estou em que a Universidade vencerá todos os obstáculos” (Carneiro, 1984, p. 39). Em 1922, Nilo Cairo retornou a Curitiba e reassumiu as atividades na Faculdade de Medicina. Em carta de 30 de julho de 1920, Nilo Cairo teceu os seguintes comentários sobre a efetivação do reconhecimento da Faculdade de Direito:

Não tivesse tido essa Universidade o reitor que tem tido, pachorrento, tenaz, possuidor do mais admirável “sangue de barata” que conheço; corajoso sustentador (com galhardia épica) das últimas, mais terríveis e perigosas lutas perante o severo Conselho Superior de Ensino da República e a nossa odisséia não teria vingado [Carneiro, 1984, p. 44].

Em síntese, a UP nasceu no bojo da liberdade de ensino. Três anos mais tarde foi desmembrada e transformada em faculdades. A partir de 1918 iniciou o processo para assegurar a equiparação às faculdades oficiais, bem como o seu reconhecimento junto ao governo federal. Entre 1920 e 1922 foram reconhecidas as três faculdades, o que representou a consolidação do ensino superior no cenário cultural paranaense.

Considerações finais

Na discussão introdutória afirmamos que a tarefa desta análise consistia em discutir as ações dos intelectuais no processo de consolidação do ensino superior no estado do Paraná. Ao longo deste texto problematizamos a concepção de UP e a missão atribuída a ela pelo grupo paranaense ao enfatizar a relação estreita entre o projeto instituído em Curitiba e o modelo napoleônico. Nesses termos, é possível afirmar que o projeto do grupo paranaense, em 1912, não representou rompimento com a universidade do modelo napoleônico, pois o estabelecimento da denominação universidade não implicou o postulado do ensino superior como lócus da ciência pura e do conhecimento desinteressado. No Brasil, a noção de universidade como expressão da ciência pura se constituiu nos anos de 1930, particularmente com a vinda de professores estrangeiros, quando a formação de pesquisadores foi entendida como uma das principais atribuições da universidade.

Além disso, debatemos sobre as tensões existentes entre o período de criação e de equiparação das faculdades paranaenses, mencionando as ações dos intelectuais envolvidos com o projeto universitário nesse estado. Nesse sentido, destacamos a relação entre universidade e inteligência ao afirmar que os intelectuais que dirigiram o processo de criação da universidade se colocavam na cena cultural paranaense e brasileira como agentes de vanguarda da política e da história do país, ou seja, como arautos da modernização e da renovação cultural do Brasil, tendência esta que convergia para uma solução pautada no autoritarismo e na desmobilização social.

Referências bibliográficas

AGGIO, A.; LAHUERTA, M. (orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.

AMARAL, A. A imagem da cidade moderna: o cenário e seu avesso. In: FABRIS, A. (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1994. p. 89-96.

BARROS, R. S. M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.

BERMANN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMPOS, N. de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CARNEIRO, D. *Galeria de ontem e de hoje*. S.l.: s.ed., 1963.

_____. *Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1971.

_____. *Nilo Cairo (biografia)*. Curitiba: Editora UFPR, 1984.

CARVALHO, J. M. de. As forças armadas na Primeira República: o poder descentralizador. In: _____. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978. v. 3, p. 181-234.

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

COELHO, E. P. Novas configurações da função intelectual. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (orgs.). *O papel dos intelectuais hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA FILHO, V. F. da. *Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

ESTATUTO da Universidade do Paraná. Curitiba, 1914.

FAUSTO, B. *O Brasil republicano: sociedade e instituições*. São Paulo: s.ed., 1977.

FÁVERO, M. de L. de A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000. V. 1.

GONÇALVES JUNIOR, A. J. *Universidade Federal do Paraná: um edifício e sua história*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1997. V. 24, n. 122.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIMA, E. C. *Vitor Ferreira do Amaral e Silva (o reitor de sempre)*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1982.

MACHADO, M. C. G. *Rui Barbosa: pensamento e ação. Uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAZZONI, J. R. *Universidade brasileira: primeiro ciclo em questão*. Bauru: EDUSC, 2001.

MORAES, J. Q. de. Positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. In: LORENZO, H. de; COSTA, W. P. da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-92.

MORAIS, R. de. *A universidade desafiada*. Campinas: UNICAMP, 1995.

PAULA, M. de F. de. *A modernização da universidade e a transformação da intelligentsia universitária*. Florianópolis: Insular, 2002.

PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, A. C. de A. *O poder local e a cidade: a câmara municipal de Curitiba – séculos XVII a XX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

PEREIRA, L. F. L. *Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

RELATÓRIO Geral da Universidade do Paraná. Curitiba, 1913-1916.

REVISTA ACADÊMICA. Curitiba: Centro Acadêmico do Paraná, 1917-1919.

REVISTA ACADÊMICA. Curitiba: Diretório Acadêmico de Direito do Paraná, 1934.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós, 1991.

RÜEGG, W. *Uma história da universidade na Europa*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992. V. 1.

SILVA, N. C. da. *Liberdade de ensino e liberdade profissional*. Discurso de paraninfo na Universidade do Paraná. Curitiba, 1914.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

VIEIRA, C. E. *Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. *Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

Endereço para correspondência:

Névio de Campos

Rua Lopes Trovão, 262 – Vila Estrela

Ponta Grossa-PR

CEP 84040-080

E-mail: nmestrado@ig.com.br

Recebido em: 10 jul. 2008

Aprovado em: 22 ago. 2008